



**As estruturas de governo em uma comunidade formadora:
Formar para o diálogo e a democracia dominicana.
Reuniões comunitárias, Capítulos, Conselho da casa,
Conselho local e provincial de formação¹**

Frei Vivian Boland, OP²

"Ecossistema" é um conceito-chave deste nosso encontro. De acordo com a Enciclopédia Britânica, um ecossistema é "um complexo de organismos vivos, seu ambiente físico e todas as suas inter-relações, em uma unidade particular do espaço". Portanto, há quatro aspectos em um ecossistema:

1. Implica que se trata de organismos vivos.
2. Relaciona-se com os aspectos não vivos de seu entorno.
3. Implica as inter-relações entre eles.
4. Está dentro de um espaço ou "mundo" definido.

Gostaria de comentar cada um desses aspectos na perspectiva do título da minha apresentação:

1) Implica que se trata de organismos vivos

A fim de entender um ecossistema, precisamos saber que tipo de criaturas viventes se encontram nele. Que tipo de vida possuem essas criaturas e quais são as condições necessárias para que essa vida possa florescer? Quando falamos de condições, queremos dizer condições internas de cada ser individual, mas também as condições externas deste, as condições de seu meio ambiente. Em termos aristotélicos, se essas criaturas devem florescer e ser felizes como são, então quais seriam as condições internas e externas necessárias para alcançar esse florescimento e essa felicidade?

Uma resposta a essa pergunta para os/as dominicanos/as, como para qualquer outra criatura, é que as estruturas de governo do ecossistema devem estar funcionando bem, permitindo que as criaturas dentro do ecossistema floresçam e estejam felizes.

Em muitos casos, as "estruturas de governo" de um ecossistema estão implícitas no mesmo ecossistema. Se imaginarmos uma colônia de formigas ou uma colmeia de abelhas, a forma como é governada carrega a marca da vida e da atividade das criaturas mesmas. Não pensamos como parte de sua vida em conjunto que, de vez em quando, distanciem-se do seu trabalho para pensar em como se governam ou avaliar o êxito de seu sistema. Se houver problemas, internos ou externos, há maneiras pelas quais sua natureza as direciona para uma resposta que levam a cabo, ou pelo menos tentam fazê-lo, se os fatores externos o permitem.

Podemos dizer que em algumas criaturas ou em alguns ecossistemas naturais, onde as criaturas possuem capacidades mais elevadas, vemos algo como a tomada de decisões para proteger e conservar o sistema e, mesmo em alguns casos, deslocá-lo para onde haja melhores condições. Geralmente essas decisões

¹ Este texto foi traduzido, do original em espanhol, pelos noviços dominicanos no Brasil, turma 2021: Frei Eduardo de Estefani Hussar, Frei Felipe Campelo Oliveira, Frei Francisco Thallison Rodrigues Vital, Frei Ivan Mendes Dionízio, Frei Pedro Anselmo de Carvalho Silva Júnior, Frei Marciel Pereira Luz e Frei Maurício de Oliveira Pagani.

Nota da edição: o Prior Provincial agradece aos frades noviços pelo belo trabalho desenvolvido, inclusive como expressão de atividade grupal.

² Texto apresentado no 5º Curso de Formadoras e Formadores (CIDALC e CODALC), em Bogotá – Colômbia, agosto de 2018.



são coisas naturais. A migração de aves, peixes e animais, as respostas de combate ou fuga, a rivalidade entre machos e fêmeas, a luta por território, pelo controle ou dominação dos filhotes, vemos todas essas coisas nos ecossistemas animais que são estimulados e controlados por leis e instintos naturais.

Quando começamos a falar sobre seres humanos, e quando começamos a falar especificamente sobre irmãos e irmãs dominicanos, então o autogoverno é parte de sua própria vida. É parte de nossa natureza que criemos estruturas de governo para os ecossistemas em que nos encontramos.

Não podemos ser felizes sendo como somos, se não estivermos envolvidos no governo de nossas vidas e da vida do ecossistema. Essa característica de nossa vida, como seres humanos, se baseia em duas coisas: nossa capacidade de refletir e tomar uma distância crítica e a dignidade inerente de cada indivíduo no grupo e, enquanto dominicanos e dominicanas, se baseia também em duas coisas: nossa dignidade como cristãos e como irmãos e irmãs chamados/as a uma profissão comum, e a tradição legada por São Domingos e os princípios constitucionais que deixou para a Ordem.

Este é um primeiro ponto: por ser como somos, não estaremos felizes, nem floresceremos, a não ser que também estejamos vivendo as tarefas do autogoverno que nosso ecossistema exige. Se não aceitarmos essa responsabilidade, não estamos plenamente vivos/as em relação ao tipo de criatura que somos.

2) Envolve os aspectos não vivos de seu ambiente

A definição de um ecossistema inclui referência aos aspectos não vivos de seu entorno. Isso se refere às condições físicas que oferece às criaturas que nele vivem. Outros palestrantes dedicarão mais tempo a esse aspecto do nosso modo de vida; à estética característica dominicana, por exemplo, e as questões como liturgia, arquitetura, recreação, silêncio etc. Nossa preocupação é o florescimento integral das criaturas que vivem em nosso ecossistema e, no nosso caso, como seres humanos e como dominicanos/as, esse florescimento não pode ser alcançado sem que cada pessoa tenha uma preocupação constante pelo bem comum. Esse bem comum também inclui os aspectos não vivos de nosso ecossistema; por isso, é justo reconhecer o trabalho dos síndicos, ecônomas e outros que se dedicam a assegurar as condições materiais que sustentam e fortalecem nosso ecossistema.

3) Um ecossistema implica nas inter-relações entre organismos vivos

Aqui chegamos ao aspecto mais relevante para o meu tema. Os seres vivos dentro de um ecossistema são obrigados a interagir uns com os outros. No mínimo, isso significa que eles devem dar espaço ao outro quando se chocam mutuamente. Mas, interagir com outros animais geralmente envolve atividades significativas, como colaboração, acasalamento e, às vezes, brigas. Há relações mais radicais, pois existem criaturas que são parasitas, algumas precisam subdividir o território do ecossistema ou deslocar-se para outra parte dele; alguns ainda precisam deixar o ecossistema para encontrar outro que seja mais propício ao seu florescimento e felicidade.

Para os/as dominicanos/as, as estruturas de autogoverno são essenciais se quisermos florescer de acordo com a nossa natureza. As relações entre nós são as de uma certa amizade particular. Uso o termo "amizade" no sentido aristotélico para me referir a seres humanos que se vinculam em torno de um objetivo comum, uma virtude ou projeto. Nossa profissão religiosa comum nos torna amigos nesse sentido. Alguns chegarão a ser amigos com outro significado mais comum, mas o que quero dizer aqui é que todo dominicano é *ipso facto* amigo de todos os outros, em virtude de sua profissão comum, de sua vocação compartilhada. Isso nos faz pertencer a uma única espécie. Embora haja muitas diferenças entre nós, esse nível de amizade liga-nos uns aos outros.

Nossa profissão também obriga cada um de nós a participarmos do autogoverno da comunidade. Esse autogoverno é exercido por meio dos capítulos, conselhos e superiores. Os capítulos – sejam eles conventuais, provinciais ou gerais – tomam todas as decisões mais importantes, definindo quem seriam



os membros dos conselhos e elegendo os superiores. É assim que se deve funcionar e o diálogo é a principal ferramenta desse trabalho. Chamamos o autogoverno de sistema democrático e com razão real, embora a democracia tenha suas dificuldades e limitações. Um irmão sugeriu que chamássemos nosso modo de governo de *koinocracia*. É um sistema democrático, sim, mas marcado pelos valores comunitários do Novo Testamento e pela invocação ao Espírito Santo.

Como a formação dominicana em liturgia se realiza por meio da participação nesta, a formação dominicana no autogoverno se realiza mediante a participação neste. Assim, desde o início, os noviços e os professos simples têm seus próprios capítulos e são, além do mais, freqüentemente convidados a participar das reuniões comunitárias. As experiências pastorais freqüentemente terminam com um tempo de reflexão e avaliação. É bom que as experiências de auto-governo vividas durante os anos de formação inicial sejam objeto de reflexão posterior com os formadores. O documento CIVCSVA “*Para vinho novo, odres novos*”, enfatiza que a formação inicial não seja apenas informativa, mas, na prática, também formativa. (nº 12). Diante dos desafios atuais, é preciso estabelecer com força e clareza um modelo de formação inicial de aprendizagem (nº 16). Cito o Papa Francisco no mesmo sentido, “a formação é uma arte, não uma operação policial” (nº 34).

Existem virtudes necessárias para uma boa participação no auto-governo – a capacidade de ouvir bem aos demais, virtudes de respeito, humildade e coragem, virtudes de mansidão e prudência, de empatia imaginativa e criatividade. É importante pensar juntas essas virtudes de vez em quando e ver como elas podem ser assimiladas pelas pessoas em formação. É importante considerar bons exemplos dessas virtudes a partir das tradições da Ordem, não só da vida de nossos santos, mas também de experiências em nossa própria Província, Congregação ou Comunidade. Quais foram os bons exemplos de acompanhamento, discernimento e tomada de decisões que nos serviriam de guia e inspiração? Com quem poderíamos aprender sobre esses assuntos?

A *Ratio Formationis Generalis* fala, freqüentemente, da centralidade da vida comum e das virtudes que devem ser adquiridas se desejamos envolver-nos efetivamente em nossas estruturas de governo. O êxito de nossa formação se vê “em uma maturidade pessoal genuína, na prática da oração, na fidelidade aos votos, na vida comunitária, no estudo constante, na solidariedade com os pobres e na paixão pela salvação das almas” (RFG 1). Formação significa crescer no discipulado “e não se trata apenas de uma formação acadêmica, nem tampouco se refere apenas a um período de nossas vidas. Ela pressupõe humildade e docilidade, aceitando que sempre temos necessidade de crescer em conhecimento e virtude, para melhor compreender e ser renovados. Claro é que, em um nível mais profundo, a formação é obra da graça de Deus” (RFG n.3).

O ecossistema dominicano é saudável quando todos os seus membros reconhecem a realidade do autogoverno da comunidade. Como cada um tem o direito de falar, de ser escutado e respeitado, cada um também é solicitado a assumir a responsabilidade da vida comum e da missão. É claro que, às vezes, há pessoas que se sentem excluídas. Às vezes, algumas pessoas pensam que nossa “democracia” é simplesmente mais um exemplo de democracia, como desenvolvida nas sociedades civis. Precisamos enfatizar que, quando formamos novos irmãos e irmãs em nosso modo de autogoverno, não ficaremos felizes com o domínio da maioria, nem com as vitórias de uns sobre outros e nem se alguns decidirem eximir-se da tarefa de buscar o bem comum. Em vez disso, buscamos a unanimidade em seu sentido literal e profundo: que através do diálogo sincero e criativo possamos vir a ter uma só mente e um só coração em relação às questões que estamos considerando. A regra de Santo Agostinho começa nos recordando que esta é a primeira razão de nosso conviver: ‘ut unanimes habitetis in domo’ (Regra, n. 1).

É essencial recordar a observação de Frei Vicente de Couesnongle, Mestre da Ordem, de que a lei própria da nossa democracia não é a da maioria, mas a da unanimidade (*Il Coraggio del Futuro*, 1980, p. 105 [edição italiana]). Devemos, diz ele, permitir que em nossos capítulos se dê a informação mais plena possível, a investigação mais profunda possível e um diálogo suficiente para que o Capítulo se aproxime,

INFORMATIVO DA PROVÍNCIA FREI BARTOLOMEU DE LAS CASAS – DOMINICANOS NO BRASIL

E-mail: secretariaprovincia@dominicanos.org.br

Telefones: (62) 3928-1333 / (62) 99417-2721 Whatsapp



o máximo possível, da unanimidade. A razão fundamental que nos é dada para isso é que nosso ecossistema é um ecossistema teológico. Se seguimos essa metodologia, diz o Frei Vicente, podemos estar seguros da presença do Senhor e do Espírito Santo, pois serve para guiar nossa busca da vontade de Deus para nós. Curiosamente, o documento “*Para vinho novo, odres novos*” (nº 50) enfatiza o que os dominicanos talvez chamaríamos de “o princípio de Couesnongle”.

Uma grande parte da formação inicial dominicana tratará de trabalhar com os irmãos e irmãs para assegurar que entendam nossas tradições de autogoverno, que desenvolvam as virtudes necessárias e que cresçam numa maturidade que possa ajudá-los a entrar nesse sistema com responsabilidade e sabedoria (LCO 216 §I).

Nossa *Ratio Formationis Generalis* fala em vários lugares dessa formação no diálogo e na participação em nossa forma de autogoverno. É interessante que entre os valores fundamentais da vida dominicana, que se encontram na Parte 1, a Seção A da *Ratio Formationis Generalis* não se encontra nenhum parágrafo intitulado “Vida Comunitária” ou “Governo”. Pelo contrário, esse aspecto de nossas vidas é considerado no parágrafo sobre a “Obediência”. São Domingos pediu aos seus irmãos “obediência e vida comum” (LCO 17 §I) e uma das intuições mais importantes que precisamos gerar junto aos novos irmãos e irmãs é uma compreensão profunda de como esses dois elementos – obediência e vida comum – são duas formas de falar da mesma realidade.

A *Ratio Formationis Generalis* (RFG) nº 17 trata da obediência desta forma: “A obediência é o coração de nossa Vida Religiosa, enquanto tratamos de imitar o amor e a obediência de Jesus ao Pai. Confiando-nos a Ele, e tendo confiança entre nós mesmos, queremos viver juntos a liberdade para a qual Cristo nos libertou, como homens maduros capazes de compartilhar os projetos e responsabilidades da comunidade. A formação para a obediência começa imediatamente e continua ao longo de toda nossa vida à medida que aprendemos a praticar um diálogo genuíno: ouvindo o outro de maneira aberta e receptiva, falando com franqueza e caridosamente, aprendendo como devemos trabalhar juntos, moderando reuniões, decidindo através do diálogo uma determinada ação, obedecendo tais determinações e colaborando generosamente, qualquer que seja nossa responsabilidade dentro da comunidade. O testemunho da obediência corrige as ideias distorcidas sobre liberdade, e sua vivência autêntica permite-nos enfrentar o abuso de poder de maneira crível e ser solidários com aqueles que não têm voz e que são excluídos.

A RFG simplesmente segue o LCO, que considera cristologicamente os Conselhos Evangélicos, primeiro como uma forma de seguir Jesus, depois como uma forma de crescer em liberdade e, finalmente, como testemunho e serviço ao Reino. Os Conselhos Evangélicos são um caminho para dar testemunho do Reino de Deus, que está para chegar e para construir esse Reino já em nosso tempo e lugar. A RFG 17 apresenta uma lista de maneiras práticas de traduzir para a prática essa visão teológica e apostólica.

A mesma visão é novamente apresentada na RFG 60, que fala especificamente da Comunidade de formação como uma comunidade na qual se manifesta e se ensina aos irmãos como envolver-se no governo de nossas comunidades: “A Comunidade de formação deveria ser constituída por frades que têm espiritualidade dominicana profunda, com diversidade de dons e compromissos apostólicos, que respeitam e animam a vida intelectual, que são amáveis e abertos ao diálogo, que confiam uns nos outros e são emocionalmente maduros, que têm uma capacidade de escuta e reconciliação (cf. LCO 160, 180 §I, 215 e Bogotá 2007 nº 216). Onde for possível, assinar-se-ão um ou mais frades cooperadores nas comunidades de formação inicial, para que haja um testemunho vivo dessa vocação para os irmãos em formação e um apoio para as novas vocações a esta valiosa vocação na Ordem.

Sempre vai fazer parte da formação permanente crescer no tipo de maturidade e virtude necessárias para participar de nosso autogoverno. “*Para um vinho novo, odres novos*” (nº16) diz que uma iniciação séria no governo deve fazer parte de toda a formação permanente e nossa RFG diz o mesmo (nº 199):

INFORMATIVO DA PROVÍNCIA FREI BARTOLOMEU DE LAS CASAS – DOMINICANOS NO BRASIL

E-mail: secretariaprovincia@dominicanos.org.br

Telefones: (62) 3928-1333 / (62) 99417-2721 Whatsapp



“A nossa forma de governo só pode funcionar à medida que aprendamos continuamente a arte do diálogo, da mútua escuta, de estarmos preparados para considerar outros pontos de vista, para cooperar e para empreender iniciativas. “Nossa preparação para a arte do diálogo nunca se faz de uma vez por todas. Todos temos que aperfeiçoá-la e aprendê-la continuamente” (Bologna 1998, 123, 3).

A RFG fala sobre a mesma coisa novamente, ao considerar o ecossistema mais amplo da família dominicana e como formar novos irmãos não apenas para a vida dos frades, mas para a vida dentro desse ecossistema maior. RFG 45: “Em algumas partes da Ordem, o programa de formação é compartilhado com outros membros da Família Dominicana, especialmente com as monjas e com as irmãs. Mesmo onde não é assim, nossa formação deve também iniciar os frades na vida da família dominicana. É outro contexto no qual aprendemos a compartilhar a vida com os outros, tanto mulheres como homens, religiosos e leigos, onde devemos praticar o diálogo, a solidariedade e a reconciliação fraterna”.

Portanto, é essencial que as estruturas de governo, que tanto dizemos valorizar, funcionem bem nas Comunidades de formação inicial. É um dos motivos pelos quais o LCO afirma que a formação deve ser feita em Conventos devidamente constituídos. É para assegurar-se que haja um número suficiente de frades para acompanhar e apoiar os que estão em formação, e um Capítulo e Conselho grandes o suficiente para votar a respeito deles quando pedem a profissão.

Mas, é também para assegurar que uma Comunidade de formação inicial, como diz o LCO, seja tal que nela floresça realmente a vida dominicana regular e apostólica (LCO 180 §I). Uma Comunidade na qual os novos irmãos possam experimentar diretamente nossa forma de autogoverno.

Outra razão pela qual é essencial que as estruturas de governo funcionem bem nas Comunidades de formação inicial é para garantir a objetividade e a integridade do discernimento e da decisão que são parte da vida de tal comunidade.

Frequentemente, reconhecemos a sabedoria dessas estruturas apenas quando algo falha. Tomemos, por exemplo, o que o LCO pede a uma Província receptora que faça em relação a noviços ou estudantes que lhe foram confiados para serem formados por outra Província. Seu provincial ou regente de estudos deve visitar esses irmãos durante o ano (LCO 340). Isso ocorre sempre? Durante o ano de noviciado, o mestre de noviços deve enviar dois relatórios ao provincial sobre o progresso dos noviços de sua Província (LCO 185). Isso ocorre sempre? Durante os anos de estudantado, o mestre dos estudantes deve enviar um relatório anual ao provincial sobre o progresso dos estudantes de sua província (LCO 209, 214-III). Isso ocorre sempre? Da mesma forma, o moderador de estudos local deve enviar um relatório anual ao provincial sobre o progresso dos estudantes de sua Província (LCO 209).

Estas são estruturas de governo em comunidades de formação para garantir a comunicação e o diálogo sobre o progresso dos irmãos em formação. É parte do nosso cuidado fraterno para com esses irmãos. Todos sabemos que as Constituições nem sempre são cumpridas. Quando tudo está indo bem, podemos pensar nelas apenas como requisitos legais e de pouca importância. Quando as coisas dão errado, vemos a sabedoria que há em ter tais estruturas. Seu objetivo é sustentar a comunicação, informar as decisões que são tomadas e prestar o máximo de cuidado possível nas vocações que nos foram confiadas.

O mesmo se aplica às estruturas de governo internas nas Comunidades de formação dentro de uma Província. No caso de noviços e estudantes da própria Província, há certos momentos de comunicação e diálogo entre Capítulos e Conselhos, mestres e superiores. Estes também existem para proteger a integridade e garantir a objetividade dos processos de discernimento e tomada de decisão. Tem-se experienciado, nos últimos anos, que muitos irmãos parecem não apreciar o objetivo de tal legislação. Como já havia dito, é só quando as coisas dão errado que começamos a ver a sabedoria já contida no que o LCO nos pede.



A *Ratio Formationis Generalis* adiciona outras estruturas de governo para as Comunidades de formação. Por exemplo, o Conselho de formação local deve se reunir três vezes por ano para considerar o progresso de noviços ou estudantes (RFG 89). Novamente, quando tudo está indo bem, os irmãos podem se perguntar por que o Conselho local de formação deve se reunir três vezes por ano. Quando as coisas não vão bem, a necessidade fica muito clara. É questão de justiça:

- Alertar os noviços ou estudantes o quanto antes sobre possíveis dificuldades;
- Reunir-se mais cedo no ano para dar tempo aos mestres para trabalhar os problemas identificados com os irmãos;
- Evitar situações onde formadores ou irmãos em formação se surpreendam completamente antes da votação de Capítulos ou Conselhos.

Outra função essencial do Conselho de formação local é apoiar os formadores dentro da confidencialidade de um grupo menor de irmãos da comunidade.

Onde se encontra mais de uma Comunidade de formação inicial em uma Província, deve haver também um Conselho provincial de formação (RFG 86, 91-94), que deve incluir não apenas superiores e formadores, mas também, por exemplo, o promotor vocacional e o promotor de formação permanente. Também pode incluir um representante dos estudantes, um irmão cooperador e outros irmãos, conforme decidido por cada Província. Esta é uma estrutura provincial relacionada à formação. Suas tarefas são claramente explicadas na RFG 92 e 94. Onde funciona bem, assegurará a consistência e coerência durante todo o processo de formação de uma Província, desde o momento de promover vocações dominicanas até a primeira assinação de um irmão e posteriormente nos anos de formação permanente.

4) Está dentro de um espaço ou 'mundo' definido

Falei principalmente sobre o terceiro aspecto de um ecossistema, as inter-relações entre os seres vivos que o habitam. Permitam-me concluir com uma breve palavra sobre o quarto aspecto, que um ecossistema é um espaço ou contexto definido. Podemos especular sobre a extensão dos ecossistemas aos quais pertencemos. A Comunidade de formação é uma delas. Tem sua própria vida e estruturas. A Província é outro ecossistema. A Família Dominicana, dentro de um território, é um terceiro exemplo. E a Ordem universal é outro exemplo. E assim por diante. Mas nenhum desses ecossistemas dominicanos, por mais interessantes que sejam, não podem ser completamente fechados ou delimitados, como se pudessem viver sem referência a qualquer vida ou estrutura além de si mesmos. Nossa missão é sempre parte da missão mais profunda e ampla da Igreja, a missão do próprio Cristo para o povo do nosso tempo e lugar. Assim, nossa vida é vivida dentro das estruturas da Ordem, que é informada e influenciada por fatores alheios a si mesma.

"Para vinho novo, odres novos" coloca a Vida Consagrada dentro desta visão mais profunda e mais ampla da própria missão da Igreja no mundo de hoje. É encorajador ver neste documento como as formas dominicanas próprias de autogoverno, com seus valores de respeito, inclusão, subsidiariedade, colaboração, diálogo e responsabilidade compartilhada, compõem a maneira como toda a Igreja agora fala da vida comum e da obediência. Neste tema, e se o fizermos corretamente, a Ordem dos Pregadores será um exemplo vivo dos valores que a Igreja quer ver em todas as comunidades de Vida Consagrada.